

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA DA BAHIA - ISC**

**O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DO DIREITO À  
SAÚDE DA PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL AUTORA DE  
DELITO – UM ESTUDO DE CASO**

**Itana Santos Araújo Viana**

**Salvador**

**2008**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA DA BAHIA - ISC**

**O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DO DIREITO À  
SAÚDE DA PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL AUTORA DE  
DELITO – UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Saúde Coletiva da Bahia-ISC/UFBA como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Saúde Comunitária.

**Orientadora: Profa. Dra. Mônica de Oliveira Nunes**

**Itana Santos Araújo Viana**

**Salvador**

**2008**

V614 Viana, Itana Santos Araújo  
O papel do Ministério Público na defesa do direito à  
saúde da pessoa com transtorno mental autora de  
delito: um estudo de caso / Itana Santos Araújo Viana.  
- Salvador: [s.n.], 2008.  
100 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da  
Bahia, Instituto de Saúde Coletiva da Bahia, 2008.  
“Orientação: Profa, Dra. Mônica de Oliveira Nunes”.

1. Ministério Público. 2. Saúde mental. I. Nunes,  
Mônica de Oliveira. II. Universidade Federal da Bahia -  
Instituto de Saúde Coletiva da Bahia. III. Título.

CDU: 340.63:613.86

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA DA BAHIA - ISC**

**O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DO DIREITO À  
SAÚDE DA PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL AUTORA DE  
DELITO – UM ESTUDO DE CASO**

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Mônica de Oliveira Nunes

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Luis Eugênio Portela Fernandes de Souza

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Jairnilson Silva Paim

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Paulo Eduardo de Carvalho Amarante

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

Apresento os meus agradecimentos àqueles que contribuíram de forma relevante para a realização deste trabalho:

Aos meus orientadores, Professora Mônica de Oliveira Nunes e Professor Luiz Eugênio Portela Fernandes de Souza que, com sabedoria e paciência acompanharam a elaboração deste estudo, corrigindo, sugerindo e incentivando até o momento da sua conclusão.

Aos professores do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, especialmente o Professor Jairnilson Silva Paim cujos conhecimentos, dedicação e compromisso simbolizam a essência dessa Instituição.

À colega Cristina Seixas Graça, Promotora de Justiça que me substituiu no exercício das atribuições da 6ª Promotoria de Justiça da Cidadania, ocasião em que presidiu o Inquérito Civil que veiculou a atuação do Ministério Público objeto deste trabalho, durante um período superior a dois anos, com competência, destemor e dedicação.

Aos dedicados estagiários do Ministério Público, oriundos dos cursos de Direito, Psicologia e Serviço Social, que participaram da coletas de dados durante os censos jurídico e psicossocial, que foram usados, subsidiariamente, neste trabalho.

## RESUMO

Neste estudo procura-se descrever o desempenho do Ministério Público Estadual na defesa do direito à saúde garantido pela Constituição Federal de 1988 às pessoas com transtorno mental autoras de delito, quando o procedimento jurídico que lhes é aplicado ainda contempla a internação compulsória por determinação judicial, sob o argumento de propiciar o tratamento psiquiátrico que suprimiria a suposta periculosidade desses agentes, apesar da vigência da Lei nº 10.216/2002 que reorienta a atenção à saúde mental, privilegiando o tratamento próximo da família e de base comunitária. O objetivo é descrever a trajetória do Ministério Público do Estado da Bahia, iniciada em fevereiro de 2003, no cumprimento de uma de suas atribuições constitucionais, por ocasião de uma crise instalada no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico da Bahia que acarretou agravos à saúde dos internos e violações à sua dignidade enquanto pessoas humanas. Os resultados alcançados através de um Termo de Ajustamento de Conduta decorreram de propostas construídas por um grupo de trabalho interinstitucional e interdisciplinar, voltadas para a recuperação física e reorientação das práticas, no sentido de superar o estado crítico daquele Hospital e preservar a população interna, até que a mudança de paradigmas legais venha a estender a essas pessoas, as práticas de saúde mental afinadas com o ideal da Reforma Psiquiátrica.

**Palavras-chave:** Ministério Público. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Saúde Mental. Doente mental autor de delito. Internação psiquiátrica compulsória.

## ABSTRACT

In this study, we try to describe the performance of the Ministério Público Estadual da Bahia (MPE-Ba) in the defense of the right to health services, assured by the Brazilian Constitution of 1988, to people with mental disorders who practiced criminal acts. Even though, the federal Law 10.216/2002 recommends that mental healthcare be provided in communitarian and family bases, usually, the juridical procedures determine the compulsory hospitalization, under premises that the psychiatric-hospital care would restrain the danger to society represented by these people. Our objective was to describe the the MPE-Ba actions, began in February 2003, when a crisis had been installed in the Hospital de Custódia e Tratamento (Judicial Psychiatric Hospital). This crisis has resulted in injuries to patients' health and dignity. The intervention of the MPE-Ba has led to the celebration of a legal compromise – Termo de Ajustamento de Conduta –, that stipulates measures of physical recuperation and reorientation of practices to overcome the hospital critical situation and to preserve the wellbeing of the internal population. These measures, proposed by a inter-institutional and inter-disciplinary professional group, are not to postpone the needed changes in the legal paradigms which will allow that people with mental disorders who practiced criminal acts beneficiate of mental healthcare practices in tune with the ideal of the Psychiatric Reform.

**Keywords:** Ministério Público. Judicial Psychiatric Hospital. Mental health. Patient mental author offence. Compulsory psychiatric hospital.

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2 SITUANDO O OBJETO DO ESTUDO</b> .....	11
<b>3 MINISTÉRIO PÚBLICO</b> .....	13
3.1 Evolução histórica e trajetória constitucional no Brasil .....	13
3.2 Atuação em defesa do direito fundamental à Saúde .....	20
<b>4 A SAÚDE MENTAL E O DIREITO PENAL</b> .....	32
4.1 Aspectos legais dos internamentos em Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico .....	32
4.2 Medida de Segurança .....	38
<b>5 O HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSQUIÁTRICO DO ESTADO DA BAHIA</b> .....	45
5.1 Aspectos estruturais e institucionais do HCT .....	45
5.2 A crise do HCT em 2003 e a Intervenção do Ministério Público Estadual....	49
5.3 Situação Jurídica e social dos internos .....	55
5.3.1 Aspectos sociais .....	59
5.4. Observação participante .....	63
5.5 O TAC – Termo de Ajustamento de Conduta e os impasses para o cumprimento da lei no HCT .....	66
5.5.1 Responsabilidade da SESAB, no que tange à atenção à saúde, estabelecida no TAC .....	70
<b>6 CONCLUSÃO</b> .....	75
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	80
<b>ANEXO A – Fotografias. HCTP. Inspeção inicial em 2003.</b> .....	86
<b>ANEXO B – Fotografias. Inspeção do TAC em 2005</b> .....	93
<b>ANEXO C – Fotografias do estado atual do HCTP</b> .....	97